

Insucesso Escolar: a Perspectiva dos Estudantes

Moderador – Vasco Cardoso

PRIMEIRO PAINEL

Introdução

Vasco Cardoso*

Antes de dar início a este painel gostaria de colocar aqui algumas questões que poderão contribuir para se perceber a escolha deste tema. De facto o insucesso tem sido objecto de um debate realizado no seio dos estudantes do ensino superior, no nosso país, o que permitiu propor ao Conselho Nacional de Educação a realização desta iniciativa.

Como devem ter conhecimento, trata-se de uma questão que há muito tem vindo a preocupar os estudantes, na sua intervenção quotidiana no seio das instituições de ensino superior, nomeadamente através das associações de estudantes. Este problema tem sido objecto central da discussão e da reflexão do movimento associativo estudantil, analisado, sobretudo, nesta vertente: aquilo que entendemos por insucesso no ensino superior acaba por ser a confirmação daquilo que consideramos o corolário de um conjunto de orientações de natureza política para este nível de ensino.

Naturalmente, a análise do conjunto de questões que estão por trás do insucesso escolar, ou seja, das suas causas e do tipo de respostas que este problema exige, tem que ter, em nossa opinião, a participação dos estudantes, um envolvimento estudantil que permita encontrar, também por essa via e de forma partilhada, as soluções mais adequadas. Pensamos, portanto, que a introdução da perspectiva dos estudantes e a análise a que procederemos, enquanto representantes daqueles que diariamente sentem este mesmo problema na pele, será um elemento positivo a introduzir na discussão que o Conselho Nacional de Educação hoje faz.

O Conselho Nacional de Educação entendeu por bem aceitar esta sugestão e, nestas circunstâncias, o contributo que os estudantes hoje

* Representante dos Estudantes do Ensino Superior no Conselho Nacional de Educação.

aqui pretendem dar é no sentido de valorizar aquilo que é a própria iniciativa.

Uma questão que também gostaria de colocar inicialmente tem a ver com a percepção de que o insucesso no ensino superior é o reflexo, em primeiro lugar, de insuficiências que se verificam nesse mesmo sistema, mas é também o reflexo dos insucessos acumulados ao longo dos anos que precederam essa entrada no ensino superior. Portanto, a análise relativamente a esta problemática não pode estar, pela sua própria natureza, compartimentada, reduzida a um determinado aspecto. Na nossa perspectiva, deve ser uma análise integrada, que atenda àquilo que são os diferentes graus de ensino e àquilo que é, também, o percurso escolar que acabará, ou não, por derivar nesse mesmo insucesso. As causas que estão por trás variam, e hoje já foram aqui referidos elementos que apontam para diferentes interpretações, elementos que se cruzam num conjunto extremamente complexo de factores. Desse conjunto complexo de factores, será importante aferir quais os que são, efectivamente, determinantes em todo este processo e, também, na perspectiva dos estudantes, aqueles que deveriam ter uma resposta concreta, rápida, no sentido de se poderem resolver esses problemas.

Acrescentaria, ainda, um comentário sobre a ideia de um ensino para todos, levada também para o ensino superior, até porque esta questão foi colocada ainda há pouco tempo. Em minha opinião, devem ser encontradas as políticas e adoptadas as medidas que permitam compatibilizar a massificação do ensino, bem como o alargamento dos diferentes graus de ensino, com o natural sucesso escolar e com outros níveis de sucesso que se queiram no ensino superior.

Deixaria aqui algumas pistas em relação àquilo que tem sido a matriz da análise do movimento associativo estudantil, em relação a esta matéria, sem prejuízo das intervenções de cada um dos colegas, em representação dos vários subsistemas.

Uma primeira ideia, que tem sido insistentemente colocada pelos estudantes, em termos de opinião pública e nos locais onde têm

representação, está relacionada com as questões do subfinanciamento das instituições de ensino superior e das consequências que este subfinanciamento tem para essas instituições, o que, aliás, vem sendo corroborado, em termos daquilo que são as condições materiais e humanas para o ensino: rácios professor/aluno, equipamentos laboratoriais, atractividade das próprias instalações, etc.

Da análise das questões do financiamento, a este nível e também na perspectiva da comparticipação financeira do estudante, e na perspectiva do grau em que essa comparticipação financeira se faz, facilmente se conclui que o subfinanciamento diminui a qualidade e promove as desigualdades entre os estudantes.

Outro problema é o da insuficiência da oferta, apesar dos avanços registados nesta matéria. Embora os estudantes hoje entrem com mais facilidade nas primeiras opções de candidatura ao ensino superior, não é menos verdade que continuamos a assistir a um processo em que milhares de estudantes entram em cursos que não pretendiam. E isto porque, muitas vezes, essa opção é feita já de forma condicionada, ou seja, o estudante coloca na primeira ou segunda opção não o curso que quer mas aquele em que tem a convicção que poderá entrar. Portanto, a questão da oferta, nomeadamente ao nível do ensino público, como factor a ponderar na questão do insucesso.

Verifica-se também a ausência de coordenação e julgo que algum desrespeito pela autonomia de cada uma das instituições de ensino superior. Só muito recentemente, por exemplo, a sistematização em rede do sistema de ensino superior em Portugal foi debatida, o que explica disparidades ao nível da distribuição da oferta em termos regionais e o facto de, muitas vezes, essa oferta não se coadunar com as necessidades que são colocadas. Mas, por outro lado, a autonomia institucional é, também, muitas vezes colocada em causa. Um exemplo concreto, referido pelo Senhor Secretário de Estado logo no início desta iniciativa, tem a ver com o critério de financiamento das instituições de ensino superior em função do número de alunos que as frequentam e com o

facto de algumas instituições abrirem cursos dirigidos mais para angariar receitas, para o funcionamento da própria instituição, do que propriamente pelo nível pedagógico, académico e científico que esses mesmos cursos possam vir a atingir.

Ao nível das carências da Acção Social Escolar, lembro que estamos a falar do ensino massificado para cerca de trezentos e cinquenta mil estudantes do ensino superior que constituem um conjunto com uma composição, em termos sociais, muito heterogénea. Temos um sistema de Acção Social Escolar que se revela altamente insuficiente em vários aspectos e, em particular, na sua capacidade de resposta para democratizar não só o acesso ao ensino superior como também a sua frequência.

Um outro aspecto é a desvalorização das instâncias pedagógicas, na sua capacidade de intervenção no seio das instituições de ensino superior. Refiro-me aos conselhos pedagógicos, a comissões que existem para avaliar aspectos concretos em cada uma das instituições e à rotina do trabalho pedagógico, e seria bom saber se este é, ou não, desenvolvido no seio das instituições com a participação estudantil que, em nossa opinião, deveria assumir uma grande importância.

Gostaria também de colocar a questão do modelo de acesso ao ensino superior. Este modelo de acesso não contempla uma eliminação progressiva, (pelo menos para já não está datada no tempo), dos *numerus clausus*. Em relação a esta matéria, são conhecidas as distorções que cria na frequência do ensino superior como tampão à entrada (autêntica barreira no acesso) e para aqueles que entram, o desfazer de expectativas com a entrada em cursos que não desejariam em primeira opção.

A última questão que iria colocar, e que já foi abordada, tem a ver com a predominância da investigação sobre o ensino e a aprendizagem. Os estudantes têm colocado um especial enfoque na questão da avaliação do desempenho e na formação pedagógica do corpo docente e têm feito propostas em relação a esta matéria. Hoje, ouvimos o Senhor Secretário

de Estado confirmar esta necessidade e manifestar o seu acordo relativamente a esta proposta.

São algumas observações que partem de uma perspectiva que é própria da análise que é feita pelos estudantes e que têm como objectivo fornecer mais pistas para esta mesma discussão.

Passaria agora a apresentar os meus colegas. À esquerda, encontra-se o Natanael Vinha, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação Nacional das Associação de Estudantes do Ensino Superior Politécnico, que foi designado pela Federação como representante desse subsistema; a seguir, o Hugo Neto que é actualmente Presidente da Federação Académica do Porto, estudante da Universidade Católica, designado pela Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Concordatário; depois, o Humberto Martins que não é, desde ontem, Presidente da Associação Académica de Coimbra e, uma vez que o ensino superior universitário não se organiza por federações, foi convidado, por mim, para estar presente e falar na qualidade de estudante do ensino superior universitário; à minha direita, está o Hermínio Brioso, Presidente da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo, que foi designado por essa Federação, no sentido de poder trazer aqui o contributo e a experiência dos estudantes de ensino superior particular e cooperativo.

Hermínio Brioso*

Antes de mais queria agradecer o convite que nos foi endereçado para estarmos aqui presentes e felicitar o Conselho Nacional de Educação por esta iniciativa.

Gostaria de fazer algumas apreciações, que nos parecem pertinentes, acerca do problema do insucesso escolar. Ainda há pouco tempo este problema não era encarado como uma realidade a ultrapassar e é realmente um flagelo para o ensino superior. Só cerca dos anos sessenta é que foi entendido como tal porque, até então, o insucesso era atribuído ao facto de o estudante não estudar e o problema estava resolvido. Hoje em dia a situação é bastante diferente e, no meu entender, até poderá estar já posta de parte a ideia de que a culpa não é do estudante, situação que acabava, também, por conduzir a uma certa inactividade dos jovens.

Isto é aquilo a que tenho assistido ao longo do tempo, em redor da discussão sobre o insucesso escolar e sobre o abandono. Mas, o que é necessário, realmente, é criar condições e motivação para o estudo e julgo que são essas condições que faltam no ensino superior.

Sem dúvida que, como o Senhor Conselheiro Alberto Amaral também já referiu, a massificação do ensino contribuiu para agravar a situação: há mais pessoas a estudar, também há mais problemas e o insucesso escolar na realidade parece crescer em função do aumento do número de alunos. Mas o que não cresceu e não acompanhou essa massificação foi a introdução de medidas que pudessem, de certa forma, fazer com que nos aproximássemos das taxas mais baixas de insucesso escolar que outros países conseguem atingir.

Antes de passar realmente aos problemas que nós identificamos, devo enumerar certos preconceitos que acima de tudo queremos ver

* Presidente da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo, em representação dos Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

ultrapassados. Não me levem a mal, mas tem havido um discurso característico por parte de alguns professores, remetendo para situações dogmáticas o problema do insucesso escolar, ao referirem que os alunos vêm mal preparados, que realmente há uma desqualificação do estudante. É que a interpretação que pode ser dada é a do seu próprio insucesso a nível da transmissão de conhecimentos e, inclusivamente, do acompanhamento e recuperação do estudante que vem mal preparado. Aquilo que era, em nosso entender, a missão possível, e o que realmente deveria ser feito, é remetido para um dogma e para uma atitude de transferir o problema para a outra parte, encerrando o assunto. Depois, como é óbvio, dentro da sala de aula, existe uma discriminação do estudante que foi abandonado (porque tem aqueles problemas e o professor, infelizmente, não pode fazer nada) em relação ao estudante que está em melhores condições de receber a mensagem que o professor pretende passar e que este acompanha e, inclusivamente, ajuda a desenvolver. É óbvio que, por sua vez, o estudante também diz que a culpa é dos professores, acaba por pensar que não precisa de estudar, diz que o professor realmente não tem capacidades pedagógicas, que o professor não consegue passar a mensagem e ponto final. Depois, tanto uns como outros, isto é, tanto nós como os senhores docentes, também remetemos, de uma forma por vezes totalitária a nível de uma irresponsabilização das nossas atitudes, para o sistema educativo que não funciona.

A partir daqui vou referir alguns problemas que me parecem concretos e para os quais a resolução urge, mas suponho que devemos partir de um princípio de *mea culpa*, ou seja, digamos que a culpa é de todos e vamos enfrentar estes problemas e tentar ultrapassá-los de uma forma que seja boa para todos, que seja o ideal inclusivamente para a sociedade portuguesa.

Começaria por algumas questões que têm sido denunciadas pelo movimento associativo estudantil, nomeadamente o elevado número de alunos por turma. Esta situação leva-nos a entender que não haja, realmente, a possibilidade de o próprio docente acompanhar aqueles casos que deveriam merecer maior atenção. O que ainda agrava mais a situação é que este elevado número de alunos por turma é notório naquelas disciplinas

(os chamados cadeirões) em que realmente há maior dificuldade por parte do aluno na recepção da mensagem, quer por falta de bases, quer por falta de estudo, quer, inclusivamente, por falta de preparação do docente para transmitir a mensagem. Seja como for, estas turmas vão engrossando, vão aumentando e acaba por a qualidade do ensino estar bastante posta em causa e, depois, influenciar negativamente toda a *performance* do estudante, não só nesta cadeira mas mesmo no conjunto do ano lectivo.

Depois, complementando este primeiro ponto que referi, outra situação que me parece que não tem sido vista como uma necessidade real é a falta de aulas de apoio e de recuperação. Não basta dizer que os estudantes vêm mal preparados do secundário: tanto no ensino privado como no ensino público, as instituições são financiadas pelo número de alunos que têm, portanto, já que os aceitamos, há que lhes proporcionar condições de continuidade. Se nos remetermos apenas para reconhecer que vêm mal preparados, acaba por ser uma forma de os segregar e de os votar à discriminação interna, promovendo realmente o abandono escolar para estes alunos. O Português e a Matemática são disciplinas nucleares, com destaque para a Matemática nas áreas tecnológicas. Tenho essa sensibilidade directamente através dos meus estudantes que têm uma grande dificuldade em apreender as cadeiras da Faculdade, as novas disciplinas, porque não têm uma base sólida em Matemática. É fundamental que as Universidades encarem realmente este problema, fomentando aulas de apoio, de recuperação, de inserção, contribuindo para a verdadeira socialização do estudante dentro da Universidade, a nível pedagógico, a nível científico e não só a nível do ambiente escolar de que por vezes falamos e que, no meu entender, até não me parece ser, na verdade, a preocupação mais forte que devemos ter.

Há também uma falta de meios que permitam ao estudante a tal adaptação ao estudo universitário, a novos métodos de estudo. Um estudante do ensino secundário vem com hábitos de estudo que não são compatíveis com o ensino superior porque, na realidade, este estudante tem sido mal habituado, tem estudado de uma forma autodidacta, à sua maneira. Os estudantes recorrem, inclusivamente, aos auxiliares de memória para

conseguirem ultrapassar os testes e esse vício continua no ensino superior, hoje com meios mais sofisticados, máquinas calculadoras que se ligam ao computador, etc.

Na verdade, o estudante quando entra no ensino superior defronta-se com a necessidade de empinar um colosso de saberes, mas não de uma forma natural, de uma forma que ele consiga transpor para o mercado de trabalho. O estudante não consegue compreender como vai utilizar, na prática, os conhecimentos e isto é mais outro bloqueio. Acaba por se desmotivar e, inclusivamente, abandonar o ensino. E, neste sentido, também me parece de referir que existe, por parte de alguns docentes, a noção de que nós, estudantes, só temos “aquela” cadeira: é-nos exigido demasiado esforço e não nos é ensinada a forma como se deve fazer a apreensão dos conhecimentos, totalmente diferente em relação ao ensino secundário.

Outra questão que gostaria de referir está relacionada com a deficiência, ou a inexistência mesmo, de formação pedagógica dos docentes. Não compreendo como é que nós, estudantes do ensino superior, podemos estar sujeitos à transmissão de conhecimentos tal como, por vezes, é feita. Embora não pondo em causa, como é óbvio, as capacidades científicas dos docentes, essas capacidades não os habilitam, automaticamente, para leccionar. Na realidade, em Portugal basta ter um canudo para se estar habilitado a exercer a profissão de professor do ensino superior. No ensino secundário há estágios, há uma formação para que o professor, embora com capacidades e conhecimentos científicos, consiga transmiti-los. Ao nível do ensino superior isso não existe.

Inclusivamente, eu tenho sido um opositor a uma avaliação pedagógica de docentes de ensino superior. Vamos avaliar pessoas que não foram formadas para tal? Também não me parece justo, primeiro há que lhes ministrar formação pedagógica e depois avaliar realmente. E ainda ponho aqui outra questão: será que o afastamento de um docente que teve uma avaliação negativa vai remediar os danos já causados? Será que esta avaliação resolve alguma coisa? Em nosso entender, só provoca mais instabilidades e mais divisões e não se ataca o mal pela raiz, habilitando os

docentes com os meios pedagógicos necessários para não surgirem os problemas com que nos temos deparado. A referência à falta de preparação pedagógica dos docentes serve, muitas vezes, de desculpa para o insucesso escolar, quando é apenas um dos factores que contribuem.

Depois outra situação que me merece atenção é a deficiente orientação vocacional. Nas escolas secundárias nota-se uma grande ausência de serviços de informação e de orientação adequados. A percepção que tenho é que o estudante que quer ingressar no ensino superior recorre, se entender necessário, a um gabinete próprio para fazer um estudo de orientação vocacional, porque esses gabinetes não estão acessíveis como deveriam estar. Muitos estudantes, quando chegam ao ensino superior e entram num curso, verificam que não era bem aquilo que pensavam encontrar e queriam, desmotivam-se e, mais uma vez, ou abandonam ou transitam de curso.

A cultura organizacional e o ambiente escolar é uma situação que, como é óbvio, não pode ser descurada. A verdade é que os estudantes que estudam num ambiente favorável, num clima saudável, tendem a ter melhores resultados.

Os desfasamentos no currículo escolar dos alunos também são bastante importantes. Parece-me que a falta de coordenação entre os currículos, ao longo dos vários níveis escolares, é mais uma situação que leva à desmotivação, à quebra de continuidade na apreensão dos conhecimentos. Os currículos demasiado extensos são outra situação que, inclusivamente, muitos dos docentes reconhecem e por vezes até se recusam a ministrar todo o currículo. Como vêm, trata-se de falta de articulação.

Permitam-me que dê um destaque especial à questão da origem social dos alunos. Os estudantes do ensino superior privado, ao contrário daquilo que tem sido passado para a opinião pública, não são todos ricos, filhos de famílias que têm dinheiro, etc. Na verdade, de acordo com o último relatório do Conselho Nacional da Acção Social Escolar, que já vem de 97, nós somos os estudantes do ensino superior com maiores carências económicas e não deveríamos ser discriminados, ao nível da Acção Social Escolar, como somos. Não temos acesso à Acção Social Escolar em condições idênticas às

que os estudantes carenciados do ensino superior público têm e, em nosso entender, as carências não têm subsistemas, logo os mecanismos de Acção Social também não deverão fazer discriminações entre uns e outros, única e exclusivamente por estarem numa escola que é uma entidade pública ou uma entidade privada. Não se justifica qualquer diferenciação nessa base no que se refere à situação económica dos estudantes.

Quanto à situação de trabalhador/estudante, não posso deixar de referir que em Portugal existem leis, mas a verdade é que não se cumprem. Poucas são as empresas que cumprem com o estatuto de trabalhador/estudante. Não me refiro tanto às instituições, às escolas, porque não tenho realmente essa sensação de não cumprirem o estatuto de trabalhador/estudante, mas a nível empresarial é um factor de afastamento, é um factor que discrimina o trabalhador dentro da empresa. O estudante do ensino privado se não tiver o seu salário não pode estudar e o que se passa é que, quando é apertado pela entidade patronal, tem que abandonar os seus estudos e esse é mais um factor que contribui para o abandono escolar.

Termino com uma referência ao que se passa hoje em dia na sociedade actual. A sociedade hoje em dia, baseia-se em factores como diversão, consumismo, individualismo. Isto são factores totalmente antagónicos, totalmente contrários aos valores que a escola representa. A escola exige concentração, esforço, deitar cedo, não ir para discotecas e, inclusivamente, atitudes reflectidas.

Agradeço mais uma vez o convite que me foi endereçado e peço-vos desculpa por ter sido tão longo.

Humberto Martins*

Antes de mais gostava de agradecer o convite para estar hoje a partilhar algumas das reflexões sobre esta temática, tão presente, infelizmente, no nosso dia a dia como estudantes do ensino superior, e louvar a iniciativa do Conselho Nacional de Educação. Quero também cumprimentar os Membros do Conselho, os Senhores Professores e os caros Colegas.

Nas considerações acerca do insucesso escolar pretendo que fique bem claro que partilho do ponto de vista de que o estudante é, inquestionavelmente, responsável pelo seu insucesso escolar. Isto para que os comentários que daqui advenham não sejam tidos como uma visão corporativa, uma visão fechada por parte dos estudantes. Eu próprio sou responsável pelo facto de ter estado empenhado em tarefas associativas e ter sido um pouco mais aluno do que estudante nessa mesma matéria. No entanto, há preocupações fundamentais porque, embora o sucesso escolar dependa do aluno, do seu empenho, da sua motivação, da sua responsabilidade e o seu contributo para a evolução da sua formação académica seja inegável, podemos também reconhecer, num sentido restrito, a existência de um insucesso estrutural do sistema de ensino, e esse é preocupante e, se calhar, mais motivador desta mesma reflexão. O insucesso da conjectura em que nos inserimos não faz depender apenas desta responsabilidade pessoal, do papel de cada um, o maior ou menor sucesso escolar.

Aproveito aqui para saudar o Hermínio e subscrevo a sua intervenção, mas discordo que se tenha evoluído tão grandemente para a desresponsabilização do estudante e para colocar a culpa no sistema. Porque recordemos-nos que está pendente, e também nunca ninguém o esclareceu, se calhar por outros motivos que não o sucesso ou insucesso escolar, a discussão sobre o estudante elegível e o seu significado. Provavelmente, o seu avanço ou o seu recuo é mais motivado por questões económicas e de

* Presidente da Associação Académica de Coimbra (até Janeiro de 2002), na qualidade de Estudante do Ensino Superior Universitário.

financiamento, outro factor interrelacionado, do que por um princípio moralizador, inserido, ou não, no sistema de ensino superior no nosso país.

Neste mesmo sentido restrito, já foram aqui faladas as inúmeras causas do insucesso. Começando pela entrada no ensino superior, recordo que todos nós, quando entrámos no ensino superior, sentimos a falta de informação, talvez como uma grande base para esse insucesso ou frustração. Continua a não haver um claro conhecimento do *por quê* e do *para quê* da formação, com que objectivos, continua a não haver informação sobre a própria estrutura, as provas diferentes, as formas de ensino que existem. E, muitas vezes, falta de informação em relação ao acesso. A vocação frustrada de muitos alunos cria, por si só, um círculo vicioso de insucesso escolar. quando são muitos os alunos que abandonam os seus estudos a meio do primeiro ano, para tentarem o reingresso, para tentarem melhorar as classificações, para então aceder ao curso que julgam desejar ou que julgam mais indicado para si. Portanto, também nesta matéria há este círculo vicioso.

Já aqui foi referenciado, também, o novo ambiente, a nova roupagem do dia-a-dia do estudante. Podem ser diversos factores: o facto de estar deslocado, de ir estudar para uma cidade diferente, de ter que se aculturar nessa mesma cidade, ou, não estando deslocado, o próprio ambiente do ensino, a própria alteração da formatação do ensino, a passagem de períodos para semestres ou para regimes anuais, a passagem a exames finais, o facto de não haver um acompanhamento dos chamados testes de avaliação sumativa. Tudo isso altera o ritmo do estudante, necessita de novos padrões de aprendizagem, novos métodos de percepção dos conteúdos.

O desfazamento, frequentemente citado e já aqui falado, entre o ensino secundário e o ensino superior, muitas vezes, usado como uma desculpa fácil, ao nível do ensino superior, quando se diz que os alunos não sabem, que os alunos não aprenderam, que vão ter dificuldades em aprender a este nível. Também aqui a grande interrogação que se pode colocar é sobre o que fazer, se realmente existe uma avaliação negativa da preparação que os alunos têm à entrada no ensino superior. É o ensino superior que está mal ou

é o ensino secundário? Esta pergunta nunca foi respondida. Não me parece, e esta é uma opinião pessoal, que seja necessário baixar alguma das fasquias ou algumas das exigências no ensino superior, porque se a algo se tem assistido no edifício educativo português é, cada vez mais, a uma infantilização do ensino, cada vez espaços mais alargados de facilitismo, e depois barreiras cada vez mais intransponíveis nessa mesma continuidade.

Também já bastante citadas, e obviamente uma das primeiras linhas da reivindicação estudantil, são as questões inerentes à pedagogia universitária. De forma genérica, trata-se do rácio professor/aluno, do número de docentes das instituições, em função das necessidades para os diferentes tipos de ensino, da exigência de maior ou menor acompanhamento, por vezes quase personalizado, mas, também, da necessária equiparação do rigor científico ao desempenho pedagógico.

Súmula de tudo isto, se a cultura da avaliação, a cultura do desempenho é uma nota realmente a incluir na sociedade dos dias de hoje, qual o espanto de uma situação relatada por um docente do ensino superior que diz que “há trinta anos tinha a aula cheia e hoje não tem alunos nenhuns e não compreende porquê, uma vez que a sebenta é exactamente a mesma”? Só esta constatação faz um pouco perceber que muito caminho há a percorrer, não obstante o estatuto da carreira docente se manter inalterado há algumas décadas. O estatuto poderá ser o formalismo, mas a mentalidade, a forma de olhar para estas questões tem, necessariamente, que evoluir e que mudar.

Foi já referido aqui o paradoxo na formação de docentes do ensino superior *versus* docentes do ensino secundário. As próprias instituições do ensino superior formam professores do ensino secundário, exigem a esses futuros docentes aptidões pedagógicas, aptidões didácticas e omitem, claramente, essas mesmas aptidões para um nível que nos habituámos a considerar teoricamente mais exigente, não só na prestação dos alunos mas supõe-se que também na docência. Portanto, este paradoxo reforça uma questão que é cada vez mais imperiosa, se queremos ter um ensino superior competitivo, actualizado, permeável realmente às mudanças da sociedade.

As já referidas condições de frequência, os meios à disposição do ensino, os espaços lectivos, as salas, tudo o que passa pelos laboratórios, os seus equipamentos, constrangimentos vários, são directamente proporcionais à prestação, à eficácia com que é ministrado o ensino.

Já foi referido o Apoio Social. É inegável que se temos estudantes com carências económico e sociais, mas certamente não as conheceram apenas no ensino superior, já vêm do seu percurso anterior de formação. Ao chegarem ao ensino superior estão na dependência desses apoios, já têm, reconhecidamente, carências culturais, carências de integração social. Ao continuar-se a estigmatizar estas mesmas carências, certamente não se augura nada de bom para o desempenho desses colegas.

Também já foi referenciada a desarticulação da própria estrutura curricular, a frequente repetição de matérias, ou omissão de matérias, a duvidosa utilidade de algumas delas. Quem seremos nós para, em termos científicos, questionar! Reconheçamos essa humildade da parte dos estudantes, mas devo dizer que eu próprio me questiono se não haverá algo que está errado quando dou cinco vezes a mesma coisa em cinco cadeiras diferentes.

É também bastante pertinente a questão da orientação científica, assim como a tão falada interdisciplinaridade que pouco se perscruta no dia-a-dia, já que muitas vezes se usa esse termo para justificar a repetição de matérias, ficando outras perdidas, sem nunca serem dadas. Sendo o ensino superior associado, no caso universitário e na própria carreira docente, a uma componente de investigação, de actualização, de estar sempre ao corrente do “estado da arte”, também não se compreende realmente que os *curricula* universitários não acompanhem esta mesma dinâmica.

Por fim, nas causas intrínsecas ao próprio sistema, é óbvio que a própria avaliação dos conhecimentos pode enfermar um pouco das debilidades que resultam da forma como está actualmente programada a carreira docente, bem como da dicotomia dos conteúdos *versus* avaliação. O facto é que as normas de avaliação continuam a ser um foco bastante concreto de problemas. Ao fim e ao cabo, é nesse momento da avaliação

que, globalmente, o insucesso escolar aparece como a ponta do icebergue de muitas problemáticas. É fácil ver quantos alunos é que reprovam, basta contar o número de alunos que chumbaram na pauta; difícil é entender os motivos dos chumbos que têm um conjunto de causas muito mais complexas.

Para uma discussão mais global do insucesso ou do sucesso escolar, no sentido mais lato, acho que podemos dizer que o ensino superior tem (ou não tem) sucesso, na medida em que serve (ou não serve) a formação de que o país necessita, a formação que realmente possa dar aos cidadãos, aos futuros profissionais deste país, possibilidades de inserção no mercado de trabalho, formação que prepare os licenciados para os seus desempenhos na vida activa, que lhes proporcione uma formação superior a todos os níveis. Se isso não acontecer será o acumular apenas de conhecimento técnico-científico sobre matérias estanques e não a formação superior integral que certamente todos desejariam ter. Portanto, o ensino superior, nesta questão de sucesso ou insucesso, está também sujeito a aprovação (ou não) na medida em que satisfaz (ou não) as expectativas da sociedade.

Em síntese, e um pouco como provocação, gostaria de terminar lembrando que, por vezes, o ensino superior, a leccionação, todo este percurso faz lembrar aquela velha história do Astérix e do Obélix, quando o Obélix diz ao Astérix que ensinou o cão a assobiar. O Astérix diz: “Mas não! Não o oiço a assobiar! E Obélix responde: “Eu só disse que o ensinei e não que ele aprendeu”.

Hugo Neto*

Queria agradecer o convite que me foi feito pelo Conselho Nacional de Educação. É com todo o gosto que estou aqui para poder expressar algumas ideias sobre esta matéria. Torna-se cada vez mais difícil, uma vez que os colegas foram, anteriormente, focando questões que eu considerava essenciais. Se calhar é bom sinal, é sinal que temos pontos de vista comuns sobre uma problemática que neste momento preocupa, segundo julgo, toda a sociedade portuguesa. Até porque cada vez mais há a consciência de que o combate ao insucesso escolar tem que ser uma prioridade para os próximos anos e que grande parte do desenvolvimento do sector educativo tem que ser apontado, exactamente, num sentido que permita combater este flagelo, que acaba por nos colocar na cauda daquilo que seriam, a nível da OCDE, níveis aceitáveis de sucesso escolar. E, à partida, também, de qualidade de ensino, e essa é uma ligação que nós fazemos enquanto estudantes e teremos que fazer sempre.

Durante muito tempo, quando se falava de sucesso ou insucesso escolar falava-se apenas do esforço dos estudantes. E penso que o esforço é fundamental, aliás, cada vez mais, na sociedade portuguesa tem que ser desenvolvida uma cultura de responsabilidade, de rigor e de esforço. A cultura do facilitismo tem que ser, de uma vez por todas, afastada e os jovens têm que ter um papel fundamental nessa matéria, mas parece-me que o esforço dos estudantes deverá ter uma contrapartida nas condições que o sistema lhes proporciona.

Os números sobre o abandono escolar que se verifica no nosso país causam-nos bastante consternação. Cada estudante que abandona o ensino superior é também uma família que acaba por ver um conjunto de expectativas defraudadas porque o acesso ao ensino superior é, ainda hoje, para muitas famílias, um objectivo que é conquistado ao longo dos anos. Nós temos um sistema fiscal que continua a ser bastante injusto. Temos um sistema de Acção Social que no secundário é praticamente insuficiente e que

* Presidente da Federação Académica do Porto, em representação dos Estudantes do Ensino Superior Concordatário.

no superior acaba por não garantir uma verdadeira igualdade de oportunidades. E, portanto, há todo um esforço que as famílias, ou, pelo menos, algumas delas, têm que fazer para que o estudante chegue ao ensino superior. Portanto, a questão do abandono e do insucesso escolar não pode ser vista como um número, tem que ser vista como uma realidade e um flagelo que atinge profundamente a sociedade portuguesa ou, pelo menos, uma parte importante dela.

Começaria exactamente pela questão do sistema de Acção Social, uma questão que foi aflorada anteriormente, mas que me parece deveria ser aprofundada.

É preciso pensar, logo à partida, em certas questões. Como é que, em Portugal, um estudante pode atingir a bolsa máxima? Em que condições é que o faz? Quantos estudantes é que atingem a bolsa máxima? Penso que todos os que estão aqui presentes terão consciência da dificuldade que existe para atingir esta bolsa.

Há depois uma outra realidade que já foi aqui referida e que tem a ver com aquilo que o último inquérito socioeconómico referenciava, é que os mais desfavorecidos estão no privado, onde, por acaso, a Acção Social ainda é mais desadequada, as cantinas são inexistentes, as residências também e todas estas dificuldades acabam por desmotivar os estudantes do ensino superior particular e cooperativo. Portanto, há efectivamente aqui toda uma injustiça social que acaba por ser concretizada e que acaba também por poder estar na base de muitas situações de insucesso escolar.

A Universidade Católica tem bolsas próprias, tem um sistema de Acção Social próprio, tem que ser dado mérito a um sistema que acaba por ser mais atento aos problemas dos estudantes. Na Universidade Católica do Porto há um gabinete de atendimento e de apoio aos estudantes, mas que outros exemplos temos a nível nacional? Que tipo de exemplos é que há nas várias instituições, um pouco por todo o país? Não me parece que seja a regra.

Provavelmente, a necessidade de acompanhar muito mais os estudantes é um desafio que se coloca também às instituições. Posso dizer que, realmente, houve um aumento bastante grande do número de bolsheiros, mas quantos dos bolsheiros recebem bolsas equivalentes ou inferiores ao valor das propinas? Mais de cento e vinte mil estudantes continuam a não ter acesso a cantinas. Quantas residências ou instituições têm locais apropriados para estudo?

Quanto à questão pedagógica: não há vocação pedagógica dos docentes; não há uma valorização da componente pedagógica na progressão na carreira docente; há uma excessiva valorização da componente de investigação. Que motivação acrescida poderá ter um professor com preocupações pedagógicas, quando o reconhecimento não lhe é dado por mais ninguém a não ser, se calhar, pelos seus próprios estudantes e alunos? A formação pedagógica tem que ser um desafio a enfrentar efectivamente, o que não tem acontecido.

A questão da relação entre o secundário e o superior tem que ser também equacionada como um problema a ultrapassar. Na Universidade Católica do Porto há, também, um horário obrigatório de atendimento aos alunos por parte dos professores. Existirá em todas as instituições do nosso país? Também me parece que não. Parecia-me importante que isso acontecesse, ou seja, que os professores estivessem mais disponíveis para atender os estudantes em horário que não tem apenas a ver com as aulas e, em que as dúvidas, as questões pudessem ser colocadas.

O Vasco há pouco falava da questão do financiamento. Evidentemente que a questão do financiamento é uma questão transversal aos vários problemas que afectam o ensino superior em Portugal. Que condições poderá ter um estudante se nas salas de aula acaba por não ter lugar e acaba por não poder estar sentado numa secretária a tirar apontamentos como, à partida, teria direito? Que condições tem um estudante de ciências que tem que partilhar a mesma experiência, não apenas com outro colega, mas com seis, sete ou oito, só porque há sobrelotação do laboratório em que tem as suas aulas?

Gostaria de felicitar o Conselho Nacional de Educação por esta iniciativa. Há efectivamente um conjunto de outras questões que eu julgo que devem ser ainda levantadas, mas teremos tempo para isso, penso que o debate também será importante.

Obrigado.

Natanael Vinha*

Quero também felicitar o Conselho Nacional de Educação por esta iniciativa que possibilita não só a exposição de uma série de questões, mas também a sua discussão entre todos os parceiros. Quero cumprimentar todos os presentes, os Senhores Professores, os caros Colegas, outros ilustres Representantes da sociedade civil.

Não vou fazer aqui uma intervenção com uma base científica, mas vou tentar baseá-la ao máximo na minha experiência e naquilo que me tem sido dado observar ao longo da minha permanência no ensino superior, quer enquanto estudante/estudante, quer enquanto estudante/representante.

Para mim também é difícil falar depois dos outros colegas. Não vou querer descobrir a pólvora ou apontar soluções miraculosas para o problema, até porque não existem instituições iguais e tão-pouco os estudantes são iguais, ou os professores são iguais em todo o lado. Parece-me, no entanto, que há um conjunto de questões que podemos adequar melhor ou pior a cada instituição.

Começaria por apontar algumas causas do insucesso escolar que são banais ou que são, digamos, consensuais, mas que não posso deixar de referir, a começar pela preparação anterior dos estudantes. É verdade que alguns estudantes quando ingressam no ensino superior estão mal preparados. Mas há casos em que bons estudantes quando chegam ao ensino superior fracassam e aqueles que eram medianos, ou até estavam ali na fronteira, depois se vêm a revelar como muito bons estudantes do ensino superior. Pude observar isso através dos meus colegas do ensino secundário e acreditem que isto, de facto, acontece. Alguns dos melhores desistiram, os menos bons vieram a ser os melhores, às vezes na mesma escola. Parece-me que há que trabalhar bastante a questão da mentalidade do estudante. A

* Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico, em representação dos Estudantes do Ensino Superior Politécnico.

questão psicológica é um embate forte, e a má preparação anterior não justifica tudo.

Depois há uma série de diferenças que os estudantes têm que enfrentar quando vêm do secundário para o superior. Os métodos de ensino, os métodos de avaliação, uma mudança, muitas vezes brutal, daquilo que é o seu ambiente social, o seu grupo de amigos, tudo junto com aquelas cadeiras que muitas vezes nem sequer são as que ele idealizava quando escolheu o curso. Torna-se tudo muito complicado e há quem não resista.

Depois, eu interligava isto com uma coisa que me parece que é das mais importantes, que é a questão da motivação dos estudantes. Hoje em dia, os jovens têm uma série de solicitações por parte da sociedade que não são, nem de perto nem de longe, iguais aos apelos que os jovens do antigamente tinham. Também tinham, mas não são os mesmos. E isso marca a diferença, essas coisas ocupam tempo, ocupam espaço mental. Por outro lado, existe hoje uma maior facilidade no acesso ao ensino superior e muitas vezes a motivação não é a maior, ou a desejável, ou a necessária. Falo por mim, porque já estive muitas vezes desmotivado e, quando essa motivação não existe, qualquer pequeno obstáculo no percurso serve como mecanismo de desculpabilização para desistir, para optar por outros caminhos. É um problema muito complicado ao qual é preciso saber fazer face. Não basta querer, não basta contratar dois psicólogos, pô-los lá na escola, fazer lá umas consultas e pronto. É preciso motivar os estudantes, se calhar é preciso arranjar-lhes alguma coisa para fazer, ainda que extracurricular, para que eles possam sentir uma ligação à instituição. Eu fui para a Associação, porque ou ia para a Associação, ou ia-me embora da Escola. Muito sinceramente, eu tinha que arranjar uma motivação para continuar ali, e essa foi uma das motivações.

Depois há aqui uma outra questão que é a questão das condições socioeconómicas. Falou o Hermínio do estudo socioeconómico, disse que era o último, eu acho que foi o primeiro e o último, esperemos que não seja o único. Esse estudo pode dar algumas pistas interessantes para o tratamento destes problemas, não só para responder às carências nessas áreas, mas para

responder a uma série de outros assuntos que se interligam entre si. Aliás, quanto mais me debruço sobre estas matérias, mais me convenço que, na educação e no ensino superior, tudo tem a ver com tudo. Eu não sou muito capaz de distinguir qual é o factor mais preponderante. Isto para dizer que acho que as questões de acção social são importantes, mas a acção social não são só bolsas. E aqueles que não têm bolsa por pouco, como é que ficam? E aqueles que não tendo bolsa agora, têm um outro problema que, se calhar, lhes ocupa tanto espaço mental, como aqueles que têm outras dificuldades?

Apontava também a questão dos *curricula* e dos conteúdos programáticos, pela sua extensão, por alguma inadequação, por vezes, na interligação entre as matérias. No fundo, por alguns conceitos que estão sedimentados e que depois acabam por não corresponder minimamente à realidade. Por exemplo, em relação às precedências só é possível fazer uma cadeira quando se tiver feito uma outra. Ou então aquelas precedências encapotadas que consistem, por exemplo, em só passar para o terceiro quem tiver todas as do primeiro. Mas depois toda a gente deixa fazer as cadeiras por congelamento, isto é, não é permitido mas acaba por se fazer. É preciso Análise I ou II para fazer o Electromagnetismo, mas não fazem nenhuma dessas e até acabam por fazer o Electromagnetismo. O que quer dizer que, das duas uma, ou o estudante não precisava daquilo para fazer o Electromagnetismo, ou então o professor é tão bom que lhe conseguiu ensinar a Análise e o Electromagnetismo. Mas isto, de facto, acontece porque há a noção científica, entre aspas, ou aquela directriz do Conselho Científico que diz que o estudante só pode fazer uma cadeira quando conseguir fazer a outra, o que torna as coisas complicadas.

Depois há aqui uma outra questão que me parece importante, que tem a ver com o ambiente escolar. A proximidade e a relação do professor com o aluno são das coisas mais importantes que existem no sucesso escolar. Não vem aqui ao caso, mas eu estudei numa Universidade antes de estudar no Politécnico e notei uma diferença abissal no relacionamento entre o professor e o aluno. Enquanto num sítio não encontrava o professor, via-o lá muito ao longe, noutra sítio ele estava ali no corredor, eu via o nome dele na

porta e ou tinha a porta aberta ou, se batesse, abria-me a porta e, se fosse preciso, falava comigo uma hora. Já ouvi professores queixarem-se porque não podem ir tomar café ao bar nem comer no refeitório da escola porque não os deixam sossegados, e não são só os alunos mas também os colegas.

A questão das acessibilidades é bastante importante. Uma escola que se encontre afastada dos centros urbanos ou sem acessibilidades acaba por criar no estudante uma falta de incentivo para a frequentar. Um estudante que tem problemas na acessibilidade não passa o mesmo tempo dentro da instituição e é importante viver a escola, trabalhar lá, trocar experiências com os colegas. Depois a acessibilidade também é um conjunto de serviços e equipamentos que hoje em dia são importantes para o bem estar e para a vida normal de um estudante. Anteriormente ninguém andava de carro e ninguém morria, mas hoje é fundamental ter um carro para a família. Também aqui as coisas mudaram e é preciso saber quais são os equipamentos e serviços considerados essenciais para a formação.

Terminava com duas ou três reflexões curtas.

Em primeiro lugar queria dizer que os números do insucesso são um flagelo para a nossa sociedade que vai ter que encarar, daqui a uns tempos, o facto de estarmos a criar um largo conjunto de pessoas frustradas. Até há bem pouco tempo era um degrau muito grande a entrada no ensino superior, os estudantes tinham um ou dois anos de tensão brutal, por vezes ficavam um ou dois anos à espera. Agora já não é tanto assim, porque já sobram muitas vagas, o estudante pode não entrar para onde quer, mas sempre consegue lá chegar. Porém, o facto de muitos jovens entrarem no ensino superior, estarem lá um, dois, três anos da sua vida, terem um conjunto de socializações, mas não terem conseguido terminar a sua formação, acho que é a pior coisa que pode acontecer à sociedade, porque estamos a formar pessoas frustradas, pessoas que vão ficar revoltadas com o sistema, pessoas que vão ficar revoltadas com os seus colegas, com os professores, com as universidades, com os politécnicos e que vão ter sempre graves dificuldades, em relacionar-se com outro tipo de pessoas quando vão depois trabalhar.

Esta situação preocupa-me bastante porque acho que além de ser um desperdício de recursos para o país, o facto de haver um número tão elevado de pessoas que estão um, dois, três anos a estudar e depois não têm nenhum tipo de certificação da formação que obtiveram ou tiveram, é também um desperdício das pessoas que lá passaram esse tempo. É muito complicado, e julgo que se todas as pessoas tivessem esta noção muitas coisas não aconteciam dentro das instituições.

Depois queria ainda dizer que o insucesso é muitas vezes fruto da busca da excelência e da qualidade. Há instituições que são muito boas, não por o seu ensino ser muito bom, mas porque só sobrevivem os melhores. Como é óbvio, se só sobrevivem os melhores, todos os que saem de lá com os cursos são muito bons. Tem que haver um mecanismo qualquer para acabar com os estragos, com estes danos colaterais que se causam pelo caminho, para formarmos meia dúzia de licenciados muito bons. Parece-me que esta também é uma questão importante e é necessário começar a ter consciência.

Para terminar queria só referir a questão dos cursos nocturnos e dos trabalhadores estudantes. Os cursos nocturnos têm uma importância muito grande na nossa sociedade e agora, com o desígnio da aprendizagem ao longo da vida, parece-me que vamos voltar atrás no que toca a essa matéria e, a bem ou a mal, vão ter que voltar a existir formações pós-laborais, ou cursos nocturnos, como lhe queiram chamar. Falou-se aqui do incumprimento das leis por parte das empresas, etc., mas eu deixava isso para os sindicatos. No que toca aos estudantes, gostava de dizer que há uma grande quota de responsabilidade nas escolas que não pode ser escamoteada. Sou Presidente de uma Federação Nacional de Associações de Estudantes e posso dizer que uma grande percentagem dos problemas que os representantes dos estudantes locais colocam tem a ver precisamente com o incumprimento do estatuto de trabalhador estudante nas suas escolas. Eu percebo que há coisas no estatuto de trabalhador estudante que são completamente inexecutáveis, mas acho que, se houver bom senso e se houver responsabilização de ambas as partes os estudantes estão prontos a aceitar essas limitações. Mas, de facto, há obstáculos insuperáveis. Por

exemplo, eu não estou a ver um trabalhador estudante de uma ESE que tem que fazer um estágio a ir dar aulas à noite aos miúdos.

O estudante tem que prestar contas, mas os professores também têm que prestar contas. Julgo que, quando todos tivermos esta noção, o sistema vai melhorar bastante.

Comentário

Alberto Amaral

Tomei um grande número de notas e encontro um conjunto de pontos coincidentes em todas as apresentações. Mas, começo já por uma reflexão porque julgo que terá algum interesse. Fui aluno, antes do doutoramento, de uma das mais prestigiadas universidades mundiais, a Universidade de Cambridge. Deixem-me que lhes diga que nunca tive aulas tão más. Estudei Mecânica Quântica, com aqueles quadros cheios de fórmulas e de símbolos, etc.! E nunca me esquece que um dia o professor entrou na aula e disse: “Desculpem-me, mas eu, com a tensão de dar aulas, nunca escrevo os índices direitos”. Bom, de facto, cumpria isto. As fórmulas eram perfeitamente incompreensíveis e os alunos passavam dias a tentar descobrir o que aquilo era. E, no entanto, esta é uma Universidade prestigiada em todo o mundo, tinha na altura uma taxa de aprovação dos alunos de 99%. Era uma Universidade excelente em investigação mas a excelência da investigação era acompanhada pela péssima qualidade de ensino (em termos convencionais). Os professores tinham os seus problemas de investigação, os seus trabalhos, e preocupavam-se com tudo, menos com as aulas que davam.

Mas era, também, uma Universidade que formava o carácter, uma Universidade residencial, todos os alunos eram residentes em colégios. De facto, um aluno tinha um tutor científico e um tutor moral e tinha que obedecer a regras quase medievais. Por exemplo, havia uma regra do tempo da Rainha Isabel I, que dizia que nenhum aluno podia, sem autorização, morar fora de um raio de três milhas da Igreja da Universidade. Os alunos não podiam tirar a carta de condução ou o *brevet* sem autorização do tutor moral, não podiam incorrer em dívidas, ou seja, entrar em compras em prestações sem autorização da Universidade, havia uma hora de recolher. E tudo isto contribuía para a formação dos quadros, os quadros do Império, os *gentlemen*, etc. Claro que estas virtudes públicas eram também sabiamente temperadas pelos ingleses com alguns vícios privados. Embora houvesse colégios separados para raparigas e rapazes, nunca me esqueci (e ainda

tenho uma cópia) de um despacho da presidente de um colégio feminino de Oxford que cobrava a mais duas libras e seis xelins, por semana, às alunas que recebessem rapazes no quarto, para uso e desgaste de lençóis. Estava escrito, exactamente isso.

Se calhar hoje a qualidade do ensino é tão má como era naquela altura e, no entanto, é uma Universidade de sucesso, as pessoas esfolam-se e matam-se para entrar lá dentro. Isto funcionava porquê? Porque, de facto, era uma Universidade de elite, para alunos de elite, com professores de elite, e tudo isto funcionava assim. A Universidade punha a ênfase em que o aluno era “crescidinho”, trabalhava por si, aprendia por si, e o professor tinha pouco que se preocupar com a forma como expunha as suas lições. Aliás, o número de aulas era baixo; havia três trimestres, cada trimestre tinha oito semanas, no último trimestre já não havia aulas, cada disciplina tinha tipicamente duas aulas por semana, portanto, eram dezasseis horas teóricas e o resto era trabalho de biblioteca, trabalho pessoal, etc.

O nosso grande problema é ter passado disto para um ensino massificado. Porque infelizmente o professor que ensina numa universidade como Cambridge, provavelmente, nunca será capaz de ensinar numa universidade onde há alunos normais, correntes, vulgares, aqueles que são 80% a 90% dos nossos alunos. E como é que se sai disto? Eu acho que há aqui duas correntes opostas e cada uma delas conduz a resultados com os seus benefícios e os seus problemas.

À primeira chamaria a corrente dos *filhos de Rousseau* que esteve muito em voga, principalmente nos períodos em que a função da universidade era essencialmente social, ou seja, com todos os alunos iguais, todos tratados da mesma maneira, as escolas são todas iguais, nenhuma criancinha será deixada para trás, como diz agora o Presidente Bush. Este é um modelo que impõe determinado tipo de comportamento da parte das universidades.

A segunda corrente corresponde a uma situação que talvez seja mais neo-liberal, ou mais ligada às questões de eficiência e das necessidades da economia, e que consiste em deixar isso de lado e começar a assumir que há

instituições diferentes e pessoas diferentes. Ou seja, considerar que haverá universidades de elite, universidades intermédias, escolas de curta duração, escolas para ignorantes, escolas para destituídos, o que é um bocado o que se passa nos Estados Unidos. O sistema americano é um sistema com três mil instituições de ensino superior, das quais duzentas são universidades de investigação e para cima de um milhar nunca seriam consideradas instituições de ensino superior na Europa.

O primeiro modelo tem o problema da ineficiência, da dificuldade em pôr as universidades, as instituições de ensino superior a ensinar esta grande mescla de alunos, extremamente heterogénea. O segundo modelo, provavelmente é mais eficiente, atende toda a gente, mas tem o enorme problema das desigualdades sociais. Em Cambridge não entra qualquer aluno, o aluno já vem de um colégio privado, como Winchester, por exemplo, que prepara especificamente para aquela universidade.

A dificuldade é contrabalançar estas duas situações extremas. De um lado há um modelo que tenta atender a toda a gente e tratar todos por igual, e, do outro lado, um modelo que é, provavelmente, mais eficiente do ponto de vista económico mas que, possivelmente, será menos equitativo do ponto de vista social. E, conjugar as duas coisas, aí, meus senhores, é que a porca torce o rabo e julgo que esse é o grande problema que temos à nossa frente.

Debate

António Ponces de Carvalho* – Dos três problemas que queria focar, dois já foram aflorados, mas, mesmo assim, gostaria de aprofundar alguns aspectos. O primeiro consiste na questão da falta de políticas educativas a médio e longo prazos, neste País. Estamos há demasiado tempo em reformas sucessivas, em modificações. Todavia, apercebo-me de que atravessamos agora um momento crucial, que seria bom não desperdiçar. De facto, o Processo de Bolonha deveria servir para o País reflectir muito bem a respeito do ensino superior que temos, que gostaríamos de ter e que necessitamos ter, de modo a criar políticas educativas que possibilitem alguma estabilidade e que permitam às instituições, aos estudantes e à sociedade olhar o futuro e não gerir apenas o imediato, como se continua a fazer nas instituições, ao sabor das mudanças, ao sabor de políticas que mudam de ano para ano, quando não são alteradas no decurso do próprio ano.

A segunda questão, já aqui levantada, reside no problema do ingresso/acesso ao ensino superior. Temos um modelo de ingresso e de acesso que é, realmente, uma verdadeira chaga e que não permite que os estudantes conheçam o projecto científico, pedagógico e cultural das instituições, até por que muitas delas não o têm de uma forma explícita. Em consequência, o sistema em que nos movemos não permite essa comunhão entre os estudantes e a instituição; e também não permite, de todo, à instituição escolher os estudantes que detêm os conhecimentos, as competências e as atitudes que essa instituição pensa necessárias para a sua frequência.

Vivemos sob a ditadura da *disquete*, porque é o computador que procede à selecção dos estudantes que entram nas instituições e, portanto, não há qualquer possibilidade de existir essa comunhão de projecto científico/pedagógico/cultural. Não é através de um exame, concebido para aferir a classificação de ensino secundário, que se consegue avaliar o desempenho e a competência para frequentar uma determinada instituição

* Escola Superior de Educação João de Deus.

de ensino superior. Tem de existir, portanto, a coragem de mudar radicalmente o modelo de ingresso no ensino superior.

O terceiro aspecto, que gostaria de focar, relaciona-se com a lógica diferente existente entre os ensinos básico e secundário e o ensino superior. Propala-se muito que os alunos chegam mal preparados ao ensino superior e as críticas tendem a descartar a falta de preparação fornecida no nível de ensino anterior. Logo desde o pré-escolar, em que a culpabilização recai nas famílias... Conviria analisar, de facto, quais os aspectos em que se afirma que os alunos chegam mal preparados.

Repare-se: poucas iniciativas em Portugal existem em que se debata a questão do ensino como um todo. Encontramos debate a nível do básico, continuamos a encontrar debate a nível do secundário; e a nível do superior também, quando, porventura, deveríamos pensar é que, tal como num sistema de vasos comunicantes, uma alteração num dos subsistemas altera todo o sistema.

Existe, de facto, uma franca diferença de lógica. Pensemos, por exemplo, no primeiro ciclo ou no pré-escolar, na educação de infância, que se centra muito mais no desenvolvimento de competências e alguns conhecimentos; enquanto depois, no secundário, parece dar-se só importância à aquisição de conhecimentos; e, então, quando saltamos para o ensino superior, queremos que os alunos adquiram capacidades e atitudes que não foram ajudados a desenvolver nos ciclos anteriores.

O aluno não tem qualquer autonomia no ensino secundário; tenho o cuidado de perguntar a todos os estudantes, que entram na minha instituição, se foram sozinhos para os laboratórios das escolas secundárias, se foram sozinhos pesquisar, se foram sozinhos para as bibliotecas – e a resposta positiva é diminuta, são raras as excepções em que isto acontece. Mas quando o aluno acede ao ensino superior, tem de possuir competências que os subsistemas anteriores nada contribuíram para desenvolver, nomeadamente esta questão da autonomia, o saber aprender a aprender, o aprender a mudar; são coisas que não se adquirem automaticamente e não é

pelo facto de o aluno ter a porta aberta do ensino superior que passou a adquiri-las.

Deixem-me invocar, a título de caricatura, o pensamento de uma pessoa que, em França, teve grandes responsabilidades no sistema educativo – o Inspector-Geral de Educação. Definia ele toda esta lógica diferente da seguinte maneira (muito livre): *“Os educadores de infância e os professores do 1.º ciclo amam as crianças; os professores do secundário amam os conteúdos; e os professores do ensino superior amam-se a si próprios”*. Claro, que esta é uma visão simplista. Mas julgo que valia a pena reflectir sobre os resultados, que pretendemos alcançar, e pensar como é que será possível fazer uma transição harmoniosa, sem baixar sistematicamente o nível dos estudantes e o nível de competências requerido.

João Gustavo* – Estou de acordo com o essencial daquilo que foi dito pelos meus colegas e sublinho as questões relacionadas com as condições, físicas e humanas, ao nível das salas de aula, das salas de estudo, com o rácio professor/aluno, com a preparação do ensino secundário, com o apoio social e a necessidade de uma acção social global que contemple também uma vida académica no plano da cultura, do desporto, que facilite a integração, o bem estar e a motivação no dia-a-dia do estudante.

Estando de acordo e ressaltando isso, ir-me-ia centrar sobre a questão dos métodos de ensino e de aprendizagem e também sobre as formas e os métodos de avaliação no ensino superior. No meu entender, em função de constrangimentos vários, estão desadequados daquilo que são as necessidades actuais de exigência, de qualidade, numa perspectiva de desenvolvimento de competências. Por falta de recursos, valoriza-se muito pouco o projecto, a pesquisa, o debate, a crítica entre colegas e entre colegas e o tutor. O professor deveria ser muito mais o facilitador no processo de aprendizagem e não apenas o emissor dos conhecimentos para anfiteatros em que essa dinâmica está impossibilitada de existir. Isto reflecte-se na forma como estão estruturados os currículos.

* Associação Académica da Universidade de Aveiro.

Em Junho passado, participei, enquanto representante da Associação Académica de Aveiro, num encontro, em Hamburgo, com uma série de outras associações de estudantes. Tive a oportunidade de conhecer a realidade concreta de uma Universidade alemã, na área da Engenharia, e pareceu-me interessante a forma como estava disciplinada a aprendizagem e a avaliação. As cadeiras são semestrais, efectivamente semestrais, ou seja, todos os semestres estão disponíveis todas as cadeiras, não estão só disponíveis no 1.º semestre do ano ou no 2.º semestre. Há exames nas teóricas e há duas oportunidades de fazer a prática, segundo julgo, a partir do momento em que as pessoas se inscrevem. Ninguém se inscreve nas cadeiras teóricas, os estudantes inscrevem-se para os exames num limite mínimo de tempo em relação ao exame e, quando reprovam no exame, têm apenas mais duas oportunidades de o fazer. Portanto, quando o estudante reprova num exame fica, automaticamente, inscrito no exame do próximo semestre; se reprova, fica, automaticamente, inscrito no semestre a seguir, e, reprovando, não pode fazer mais essa cadeira naquela instituição. Naturalmente que isto poderá parecer um regime bastante duro mas, na prática, depois da primeira reprovação, a prioridade no próximo semestre passa a ser concluir aquela matéria, até porque a um mês dos exames, o estudante já tem condições para saber em que cadeiras é que está apto a inscrever-se. Gostaria de acrescentar ainda que, ao longo do mês de Agosto, por exemplo, há equipas de professores disponíveis para prestar atendimento permanente para os exames da fase de Setembro, etc.

Esta era uma experiência que me pareceu à partida interessante. Não há prescrições, um estudante pode fazer o curso em dez anos, como pode fazer até em menos tempo do que o previsto. Há um currículo base, há uma proposta de hierarquia de cadeiras e os dois primeiros anos têm uma diferença em relação aos outros dois. No entanto, o estudante pode avançar, pode fazer mais cadeiras do que aquelas que à partida seriam sugeridas, se tiver condições para isso.

Um último aspecto que gostaria de introduzir nesta questão do insucesso escolar é a necessidade, na minha perspectiva, de ultrapassar a análise do insucesso escolar no plano meramente estatístico e entrar num

plano mais global. Porque não é só um insucesso estatístico, ou seja, aquilo que são as taxas de reprovação em função de vários rácios que podem ser calculados (em função do número de inscritos, do número dos que vão a exame, do número de aprovações no primeiro exame da época, etc.) mas também aquilo que é o sucesso real. Parece-me que existe uma diferença muito grande de padrões de exigência. Há cadeiras que, basicamente, exercitam apenas a memória e onde há aprovações com notas elevadas, mas, a meu ver, não se trata efectivamente de sucesso escolar porque não se sabe para que é que serve aquele conteúdo naquele currículo.

Telmo Alcobia* – Gostava de felicitar o CNE por esta iniciativa. No entanto, lamento que, por falta de espaço, o convite a dirigentes estudantis tenha sido limitado porque nos parecia interessante que outras associações cá estivessem.

Em relação a tudo o que foi aqui discutido devo dizer que sempre senti na pele as dificuldades que resultam da falta de preparação no secundário. Candidatei-me aos cursos de Design pelo aspecto económico, porque Design tem mais saída do que escultura ou pintura que é aquilo de que eu realmente gosto. E, uma vez dentro da instituição, lá me decidi a ir pela formação pessoal que mais me interessava, ou seja, vou desenvolver-me como indivíduo, mas as saídas profissionais vão ser bastante piores.

Os alunos que entram (a nota de entrada mais baixa é quinze) são aqueles que têm mais possibilidades de estudar e conseguir boas notas no secundário. Mas há pessoas que conheço que são de Lisboa e que entraram no Porto, por causa da diferença das médias de acesso, o que os torna estudantes deslocados, com custos adicionais. A Acção Social não suporta nada disto. Eu, por exemplo, sou estudante bolseiro e a bolsa que tive no primeiro ano da Faculdade chegava apenas para pagar a propina, não ajudava nada nas disciplinas. Tenho muitos colegas que têm que se tornar

* Associação de Estudantes de Artes Plásticas e Design da Faculdade de Belas Artes de Lisboa.

trabalhadores estudantes devido aos custos inerentes a um curso como Pintura, ou Design de Comunicação. São trabalhadores estudantes, têm menos disponibilidade para frequentar as aulas, e não há cursos nocturnos. Esses cursos nocturnos não existem na nossa instituição unicamente devido ao financiamento.

A nível de razões para o insucesso escolar, acho surpreendente que o conjunto de problemas que temos não cause mais insucesso. A falta de formação é gritante, temos alunos de Geometria Descritiva que tinham dezoitos e dezanoves para entrar naquela Faculdade, chegam lá e começam a ter oitos e nove, e só ao longo do ano é que vão recuperando. Faltam professores, o rácio professor/aluno é claramente insuficiente, temos turmas enormes; o currículo, que vai ser agora revisto, é muito extenso. Por exemplo, eu tive que usar os auxiliares de memória pela primeira vez, no meu segundo ano, na disciplina de Anatomia, que é dada por uma professora de Medicina, porque é muita informação para quem não está directamente interessado naquela matéria, e isto apesar de eu estar muito interessado na figura humana. Há uma disciplina de História de Arte, no 4.º ano, que cobre os oitocentos anos de História de Arte Portuguesa, ao pormenor, num ano.

Os espaços que usamos são insuficientes. Somos mil e cem alunos, só efectivos somos cerca de oitocentos e, mesmo esses, não podem aparecer todos os dias, porque não caberiam: não há materiais, não há condições, não há professores.

A carga horária é parecida com a secundária, ou seja, a preocupação é ocupar os alunos, dar a informação toda, partindo do princípio que os alunos não fazem pesquisa por si.

João Cunha Serra* – Queria apontar, em primeiro lugar, que as estatísticas em relação ao insucesso escolar estão enviesadas, na medida em que existe um papel estabilizador da adaptabilidade dos critérios de

* Federação Nacional de Professores.

avaliação. Isto é, existe um insucesso escondido, porque o insucesso pode manter-se em termos estatísticos e a qualidade dos licenciados à saída ir-se degradando. Portanto, esta questão do sucesso tem que estar sempre acompanhada da questão da qualidade.

Mas, se o diagnóstico relativamente a esta questão é largamente consensual, porque é que não se intervem com eficácia? A propósito das intervenções neste painel, que é composto por altos responsáveis de associações de estudantes, que o foram ou que ainda o são, interrogo-me, por exemplo, em relação ao papel dos estudantes. Os Conselhos Pedagógicos, em particular, são órgãos onde existe paridade entre os docentes e os estudantes. Os Conselhos Directivos das instituições contêm, em muitos casos, também a mesma paridade. As Assembleias de Representantes a mesma coisa. Portanto, os estudantes são co-responsáveis pelo nosso sistema em relação ao funcionamento das instituições. O que eu verifico, porque sou uma pessoa que me envolvo em quase todos os órgãos de gestão, é que, por vezes, é possível, nomeadamente nos Conselhos Pedagógicos, resolver questões pontuais, mas é quase impossível tentar agarrar as questões mais de fundo. Portanto, isto mereceria alguma reflexão: porque é que é tão ineficaz o papel dos estudantes que são quem mais sofre com o problema do insucesso escolar?

É evidente que o problema está no financiamento e está, também, como aqui foi muito bem apontado pelo Professor Alberto Amaral, nas prioridades que são definidas. Para que serve o financiamento? Obviamente, há que conseguir que as instituições definam as prioridades de acordo com as necessidades. E devem definir um número restrito de objectivos, onde fazer incidir o seu esforço.

E eu colocava dois objectivos, especificamente, porque me parece que são os mais importantes.

Um é a questão do interface secundário/superior que tem que ver com o sistema de acesso, que foi aqui falado. É preciso lembrar que a Lei de Bases do Sistema Educativo entrega às instituições de ensino superior as provas de capacidade, seriação, etc., coisa que, desde 1997, nunca foi levada

à prática e que permitiria às instituições fazerem o diagnóstico e adaptarem depois o seu ensino, nos primeiros anos, às dificuldades que são avaliadas através dessas provas e fazer o ensino mais personalizado e mais acompanhado nos dois primeiros anos. Portanto, este deveria ser um dos objectivos fundamentais a prosseguir pelas instituições.

O segundo objectivo, obviamente, é fornecer a formação pedagógica aos docentes. Isto exige estruturas, exige financiamento, exige dinheiro, como é evidente. Já está a ser feito em algumas instituições, mas numa medida muito restrita, precisamente porque não há meios para acorrer a esta necessidade.

Para mim este dois objectivos são os dois objectivos principais, as duas alavancas fundamentais para se começar a resolver alguma coisa.

Depois, é evidente que, como representante da FENPROF, não posso deixar de chamar a atenção para que o insucesso também tem que ver com a falta de condições de trabalho dos docentes, com a falta de estabilidade do corpo docente, e recordo que essa estabilidade é que permite o exercício da liberdade académica, coisa que está muito posta em causa. As acumulações excessivas, naturalmente, prejudicam quer o ensino superior público, quer o privado. E há, no Ensino Superior Particular e Cooperativo, uma notória falta de um instrumento regulador da contratação e da carreira dos docentes, instrumento esse que é urgente, justamente para possibilitar a melhoria da intervenção do corpo docente na resolução destes problemas.

Maria de Jesus Lima* – A minha experiência, muito variada, quer na formação de professores, quer nos diversos cargos e funções que já desempenhei, vai-me fazer incidir sobre aquilo que disseram os estudantes. Os estudantes são mais sábios do que aquilo que nós pensamos e eu julgo que eles disseram coisas muito importantes. Há coisas em que eles estiveram quase todos de acordo, uma grande incidência sobre os professores, em particular sobre a sua deficiente ou mesmo inexistente

* Instituto Politécnico do Porto.

preparação pedagógica, sobre os currículos com programas extensos e não articulados e ainda sobre a fraca formação que eles próprios traziam do secundário. Apenas os estudantes do ensino público assumiram claramente que o insucesso escolar também lhes cabe, que também são responsáveis pelo sucesso escolar. Os outros não sei porquê, mas, de facto não assumiram essa parte da responsabilidade.

Não tenho dúvidas de que os estudantes vêm mal preparados do secundário, como também não tenho dúvidas de que a universidade os forma mal. A minha experiência como responsável por cadeiras de cursos de pós-graduação, cursos a que concorrem trezentos candidatos e só entram vinte e cinco ou trinta e em que os formandos são seleccionados com um certo rigor, diz-me, claramente, que os professores saem mal preparados da universidade.

Gostava de começar por citar um conhecido sociólogo que dizia que o insucesso escolar é um insucesso da escola e dos professores. Claro que também é um insucesso dos estudantes e é também da responsabilidade deles.

Os estudantes disseram que, muitas vezes, o professor não faz passar a mensagem, é preciso empinar a matéria. Ora bem, se o professor não faz passar a mensagem é porque, de facto, ensinar não é o mesmo que aprender. E, portanto, como disse um estudante, o professor julga que ensina e não sabe se os estudantes aprendem.

Tenho conhecimento, pelas funções que desempenho, de currículos de cursos do politécnico, mas também tenho muitas ligações a gente que trabalha nas universidades e também conheço os currículos e os programas de muitos cursos universitários. Ora a verdade é que, de facto, nos currículos não existe coerência interna, não há articulação. Alguém disse que estudou cinco vezes a mesma matéria em cinco cadeiras diferentes. Se há alguma articulação vertical, não há qualquer articulação horizontal, os programas são muito pouco claros, os objectivos são enunciados em termos do que vai fazer o professor, isto é, em termos do que ele ensina, e não em termos do que se espera que o estudante aprenda, das capacidades e

competências a desenvolver. E, sendo desse modo, é quase impossível, de facto, saber se o estudante aprendeu ou não, a partir daquilo que o professor disse.

Acho que é preciso, realmente, essa articulação com o secundário, o salto é demasiado grande. O apoio dos professores também nem sempre é aquilo que é desejável, embora seja exigido a todos os professores do ensino superior um número de horas por semana de apoio aos estudantes. Mas, se muitas vezes os professores não estão, também a maior parte das vezes, mais vezes ainda, os estudantes não aparecem, e só o fazem mesmo nas vésperas dos exames.

Julgo, portanto, que a formação pedagógica dos professores é absolutamente necessária.

E aproveito para dizer que, para meu grande espanto, há poucos dias descobri que o guião da auto-avaliação dos cursos do ensino politécnico é bastante mais exigente do que o guião da auto-avaliação dos cursos universitários. E eu pergunto-me porquê? Porque, por exemplo, uma das coisas mais difíceis e mais importantes, no caso dos Politécnicos, é terem que justificar, que fundamentar o currículo do curso, e isso não é obrigatório para a auto-avaliação dos cursos de ensino superior universitário.

Alfredo Jorge Silva* – Em primeiro lugar quero felicitar o Conselho Nacional de Educação pelo tema escolhido para este Seminário, extremamente oportuno e relevante. E felicitar o Painel que está na mesa pelas intervenções que fez.

Respeitando o tempo atribuído a este período de debate, gostaria de deixar apenas um apontamento para dizer que talvez fosse importante caracterizarmos melhor, ao longo deste dia, o que é insucesso e o que é sucesso. Podemos estar a misturar algumas coisas e podemos estar a falar de coisas diferentes.

* Conselho de Avaliação do Ensino Politécnico da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado.

E, num tom um pouco provocatório, poderia perguntar se há alguma correlação absoluta entre insucesso escolar e insucesso social, económico e profissional futuro? Conheço muitos estudantes que tiveram verdadeiro sucesso profissional pela via do insucesso académico no curso que escolheram, porque, atempadamente, fizeram outra opção e fizeram a inflexão. E isto conduz-me ao seguinte: nós estamos, de facto, com um problema de massificação do ensino e é na massificação do ensino, com esta perspectiva do binómio massificação/insucesso, onde temos que fazer incidir as nossas grandes preocupações. Isto apesar de o Professor Alberto Amaral, com toda a consciência, ter tentado aqui matizar a questão, com um quadro que projectou mostrando que essa correlação pode não ser assim tão directa.

Mas, evidentemente, não vamos escamotear a questão. Temos aqui um problema de insucesso que está muito ligado à massificação do ensino e a tudo o que a massificação arrasta, desde o financiamento até ao resto. Parece-me que do que nós, aqui em Portugal, enfermamos é de um sistema muito rígido de ensino superior, que necessita de mais mobilidade e de maior flexibilidade, a todos os níveis: flexibilidade na opção que as universidades e politécnicos possam ter, face ao poder político, para consolidar as suas organizações, flexibilidade e mobilidade por parte dos estudantes para poderem fazer os suas opções iniciais, e a correcção atempada dos seus percursos, ou poderem, depois de um período no mercado de trabalho, regressar ao sistema com toda a liberdade, e fazer, evidentemente, as correcções necessárias.

Isso determina, seguramente, um sistema de créditos verdadeiramente implantado e difundido em todo o sistema; isso obriga, seguramente, a uma *creditação* (reparem que eu não estou a dizer acreditação, estou a dizer creditação) das competências e das aprendizagens, mesmo que possam ser parcelares, para que se não percam. Por outro lado, torna-se necessário um desenvolvimento curricular dos cursos que dê mais valor às disciplinas optativas, para que o estudante tenha uma margem de manobra para escolher o seu próprio percurso, possibilitando, ainda, que os reingressos sejam possíveis com um grau de liberdade muito grande, depois de uma

experiência e uma prática no mercado de trabalho, ou seja, a realização de cursos *sandwich*, onde o estudante os pode deixar a meio, vai ao mercado de trabalho e quando regressa sabendo o que o quer, pode fazer escolhas com a garantia que as suas formações parcelares poderão ser certificadas.

Manter apenas o primado dos graus académicos em Portugal, numa situação em que ou se tem a licenciatura, ou não se tem nada, é extremamente espartilhante. E é por aí que, talvez, muitos dos problemas do insucesso se poderão resolver.

Para terminar, não posso deixar de referir um outro aspecto de enorme complexidade, que tem a ver com a subvalorização dos aspectos pedagógicos em relação ao primado da investigação e do científico. Não estou a minimizar a importância fulcral para a universidade, e mesmo para os politécnicos, das actividades sistemáticas da investigação, mas o primado da investigação sobre o pedagógico é excessivo em Portugal. Basta ver que as disciplinas estruturantes dos primeiros anos dos cursos não são leccionadas pelos melhores professores das escolas. Os melhores professores das escolas refugiam-se nas cadeiras de especialidade, ou nas de pós-graduação, e quando um aluno mais precisa dos professores melhor qualificados, em termos de docência, é quando menos os tem.

Vítor Sarmento* – Apreciei as intervenções, em particular as intervenções dos estudantes que, no meu entender, demonstraram conhecer os problemas e, se me permitem esta nota, julgo que, se as opiniões dos nossos estudantes fossem mais consideradas, talvez tudo pudesse ser melhor.

Uma segunda nota é que constato que muitas das questões colocadas são transversais a todo o sistema de ensino, do básico e do secundário ao superior. E são várias: as colocações dos docentes, o número de alunos por turma, a falta de apoios sociais, enfim, um conjunto de matérias que não vale a pena aprofundar.

* Representante das Associações de Pais no Conselho Nacional de Educação.

Uma terceira nota é que, no meu entender e penso que também no entender do movimento associativo, para analisarmos com maior rigor o sucesso no ensino superior, teríamos que analisar a situação real dos níveis de ensino antecedentes. E começaria pelo 1.º ciclo, porque, efectivamente, é onde tudo se inicia. A formação da criança enquanto estudante, enquanto cidadão que vive no espaço escolar, com pessoas diferentes e começa a adquirir um conjunto de conhecimentos. Se calhar, seria aí a grande aposta também a vários níveis. Analisar não só os problemas de que já falámos, mas até a própria noção de que não existe sequer uma lei de financiamento para o 1.º ciclo do ensino básico e para todo o ensino básico, enquanto que no ensino superior existe uma lei de financiamento. Portanto, valia a pena, no nosso entender, que, ao avaliar o ensino superior, se tivesse em consideração também o que existe nos níveis anteriores.

Um quarto aspecto tem a ver com a referência feita a algumas questões: ao facilitismo e às expectativas das famílias. Essas expectativas são legítimas, mas muitas famílias, como sabemos, nem sequer conhecem o terreno de uma escola secundária, muito menos pisaram o chão de uma escola superior. No meu entender, há também aqui um trabalho de base a fazer com as famílias nos níveis de ensino anteriores, porque, naturalmente, no ensino superior isso, em regra, não se coloca. Também aqui há percursos, porque a questão do facilitismo não começa apenas na escola, a escola é o reflexo de muitas coisas que se passam nas famílias.

Em quinto lugar, e para terminar, gostava de perguntar: avaliar para quê? Estamos a avaliar o sucesso, estamos a avaliar as escolas, para quê? Para criarmos expectativas e para criarmos expectativas que possam servir também para dar respostas. E, aqui coloca-se sempre a questão: quem é que vai dar as respostas e quando é que vai dar as respostas àquilo que é o debate da avaliação, àquilo que são as expectativas que se criam com a avaliação? Naturalmente é de esperar que quem pode mandar possa também responder as estas coisas.

Paulo Afonso* – Uma nota prévia para felicitar o Conselho Nacional de Educação e, em particular, o Movimento Associativo Estudantil desejando com isto, votos de maior sucesso, para o Encontro Nacional de Direcções Associativas a realizar no próximo fim de semana. Acredito que algumas das questões aqui discutidas e as conclusões encontradas, vos serão da maior importância e utilidade.

Fico também contente por saber que há referências ao Inquérito Socioeconómico feito em 1997 aos Estudantes do Ensino Superior. Nesse estudo, em que tive a felicidade de poder colaborar, participando nos Grupos de Trabalho do CNASES (Conselho Nacional para a Acção Social no Ensino Superior), em representação dos Estudantes das Universidades Públicas, apontaram-se algumas *avenidas de trabalho* que, infelizmente, nem os Executivos, nem o Movimento Associativo Estudantil e a Sociedade Civil no seu todo, souberam aproveitar da melhor forma. No entanto, é bom saber que se fazem aqui referências a esse documento, que nos poderá ajudar a encontrar muitas das soluções que nós procuramos.

Uma das *hipóteses* reflectidas foi a refundação do modelo de acesso ao Ensino Superior. Isso é ponto assente, para grupos específicos são necessárias políticas específicas, mas continuamos a ter um modelo de acesso que não é em si o melhor, e de forma alguma, o que melhor serve o Sistema de Ensino Superior.

Depois, a entrada dos estudantes no Ensino Superior é feita, em parte, por estratégia e não por vocação, sendo que isto condiciona em muito toda a problemática das saídas profissionais, influenciando deste modo a imagem social dos cursos e a própria socialização das expectativas dos estudantes.

Assim sendo, considero que ser estudante do Ensino Superior, actualmente, não é uma tarefa fácil, da mesma forma que não é uma tarefa por demais difícil. Um dos intervenientes referiu a questão relacionada com as atracções socioculturais. De facto, nós temos cinco academias aqui

* Representante do Conselho Nacional da Juventude no Conselho Nacional de Educação.

representadas no Painel e sabemos que estudar em Coimbra é diferente de estudar em Lisboa e, por sua vez, estudar no Porto é diferente de estudar em Braga ou estudar num Instituto Superior Politécnico. Há que ver que o país é muito distinto e muito heterogéneo.

O nosso Ensino Superior não responde, de forma alguma, à heterogeneidade da sociedade em que vivemos, nem mesmo à heterogeneidade de todo o universo estudantil. Temos um modelo muito positivista, muito “napoleónico” na sua génese e concepção final.

Quer no Ensino Secundário, quer no percurso do Ensino Superior não somos educados para uma cultura de autonomia, ao estudante não lhe é suscitada tal competência, a ligação à inovação também não é feita, lidar com o risco é uma coisa que não nos é ensinada e a chamada educação entre pares não existe, ou seja, não há redes de solidariedade e aprendizagem, para além daquela que existe entre estudantes que estejam a finalizar o curso e estudantes que estejam a entrar. Estas quatro respostas são necessárias, estes são os novos paradigmas, em termos do chamado novo contrato social e no que diz respeito à Sociedade da Aprendizagem.

Uma última nota. Já que apontámos e discutimos as questões inerentes ao insucesso escolar, porque não questionar a ideia do sucesso escolar, porque não questionar essa ideologia do sucesso? A qual está essencialmente virada para o mercado de emprego, para a segurança das pessoas que têm sucesso, que são aqueles que têm os melhores empregos e conseguem desempenhá-los da melhor forma. Ou será que essa definição de sucesso ou de insucesso escolar tem na sua substância alguma mediania que a universidade de massas promove e não a ideia de escola de excelência?

Hermínio Brioso – Permitam-me que faça uma rectificação. Parece que, de certa forma, não transmiti bem a posição da nossa Federação. Nós criticamos o facto de o insucesso escolar, digamos, até cerca de 1960, não ter sido visto realmente como um problema, porque era única e exclusivamente remetido para o facto de o estudante não estudar. Aquilo que nós pensamos, actualmente, é que é precisamente o contrário. E nesse

sentido, e como foi referido, atribuo críticas aos estudantes quando digo que é pequena a percentagem dos que atribuem o insucesso a si próprios. Mais uma vez, é mais cómodo remeter as causas para os outros: é o professor que não tem qualidades pedagógicas, que exige muito, etc. Portanto, críticas minhas também para os estudantes e, inclusivamente, julgo que todos devíamos fazer *mea culpa* e considerarmos que neste processo a responsabilidade é de todos.

Humberto Martins – Falou-se aqui do processo de Bolonha a propósito da criação de uma política para o sistema educativo. Realmente é um momento para reflexão e para repensar, até porque, segundo me parece, a discussão desse processo ainda não acertou no rumo próprio. E a grande pergunta consiste em saber se vamos homologar ou "amolgar" o sistema de ensino que temos ou se o vamos refundar. E esta questão não está esclarecida para começarmos a evoluir nesse sentido, não me parece que tenhamos ainda contributos suficientes ou, pelo menos, uma direcção, para termos depois esses contributos.

Um pequeno comentário em relação à participação dos estudantes nos órgãos de gestão, com base no conhecimento que tenho. O que é facto, e foi referido aqui, é que os Conselhos Pedagógicos, onde certamente se centram muito as preocupações dos estudantes, têm um carácter consultivo. Os Conselhos Directivos andam muitas vezes preocupados com as questões do financiamento e com a ginástica financeira. Os Conselhos Científicos é que verdadeiramente definem os planos curriculares, a distribuição do serviço docente, toda essa matéria que tem claras interferências nas questões de sucesso ou insucesso escolar, ou pelo menos na procura de soluções, e onde não estão representados os estudantes. As Assembleias de Representantes, algumas há que não reúnem, os Senados por vezes arrastam decisões. Muitas vezes, quando os estudantes de alguma forma se zangam e fazem protestos nestes órgãos, ainda são acusados de alguma irresponsabilidade e falta de solidariedade institucional. Quer dizer, é complicado motivarmos os nossos colegas. Nestas discussões, às vezes, faz-se uma crítica saudável a todo o nosso relacionamento institucional, mas é, realmente, complicado.

Em relação à questão do que é o sucesso, acho que é bastante relevante caracterizar um pouco aquilo de que falamos. Globalmente e como síntese final, a mim não me parece que o ensino superior tenha sucesso se existir um estudante cujo sucesso escolar não dependa dele próprio. Isso significa que há causas externas que fazem com que o ensino superior tenha insucesso na sua missão de formar.

Hugo Neto – Eu iria para a questão da adaptação, ou da falta de adaptação, do ensino superior que temos hoje, à sociedade em que vivemos. Essa questão foi referenciada mas penso que é uma questão que deve ser central e da qual deve partir o diagnóstico para a procura de soluções. Temos uma sociedade de consumismo, como referiram, cada vez mais competitiva. Há pouco o Conselheiro Paulo Afonso falava da questão da falta de solidariedade entre os colegas mais velhos e os colegas mais novos, o que é uma realidade. O Conselheiro Alberto Amaral falava também da questão do sistema inglês e da existência de tutores. A verdade é que, cada vez mais, vivemos numa sociedade em que esses apoios são cada vez menores. Mesmo a família hoje não tem as mesmas capacidades de apoio que tinham as famílias de ontem, não vivemos no mesmo conceito de família, temos um mundo cada vez mais globalizado, em que há cada vez mais factores de dispersão, a Internet, as novas tecnologias, uma sociedade cada vez mais exigente. Fora das instituições os jovens são cada vez mais confrontados com novas exigências, com a necessidade de estarem adaptados a novas realidades. Parece-nos é que tudo isto tem que ser colocado em cima da mesa e, sobretudo, tudo isto coloca um grande desafio a todos os agentes educativos, e foi isso que referi há pouco.

Tenho consciência de que tem que existir um esforço muito maior por parte dos estudantes, evidentemente. Penso é que estamos numa nova fase, numa fase em que, cada vez mais, a questão não se deve colocar apenas em relação aos estudantes e apenas em relação ao esforço que se exige da parte deles, mas ao esforço de todos os agentes educativos, isto é, professores, estudantes, Instituições, Reitores, Presidentes de Institutos Politécnicos,

todos aqueles que possam dar um contributo no sentido de encontrarmos soluções.

Natanael Vinha – Sem menorizar nenhuma das outras intervenções, queria valorizar bastante, pela capacidade de síntese e pela pertinência, a intervenção do Professor Alfredo Jorge Silva. Aliás, tinha aqui na minha intervenção a referência à questão da mobilidade, que acho que é fundamental, à falta de mobilidade que existe no sistema, entre instituições e, dentro das instituições, entre os diversos cursos. Acho que essa questão resolveria muitos dos problemas que existem, resolveria, inclusive, muitos problemas vocacionais e até relacionados com a questão das saídas profissionais. Por outro lado, acho que traria um outro factor de concorrência acrescida que poderia ser benéfico em alguns casos.

Depois, queria dizer que isto de ser professor não é fácil, eu diria até que nós aqui na mesa não somos muito bons professores, a avaliar pelas desistências. Cada um lá terá as suas motivações, mas, de facto, é difícil avaliá-las globalmente: se há uns que querem ir almoçar, outros terão coisas para fazer e outros não estarão particularmente interessados. Isto, transposto para os estudantes, revelaria qualquer coisa.

Não referi, propositadamente, a minha avaliação da questão pedagógica porque acho que, antes de haver uma avaliação pedagógica e por uma questão de justiça, tinha que haver uma política de formação pedagógica. Também acho que nem todos têm que ser bons professores, admito perfeitamente que existam, nas instituições e na carreira docente, passo o contra-senso, professores que não dão aulas e professores que só dão aulas. Admito isso perfeitamente. Nem todos têm que saber ensinar, se calhar alguns só têm que saber ensinar os seus pares ou coordená-los. E, portanto, o essencial seria uma aposta na formação para depois haver uma avaliação. É bom lembrar que quando os estudantes reivindicam que o professor não deu isto ou aquilo, e, portanto, não pode avaliar isto ou aquilo, se os professores se pusessem no mesmo papel também podiam invocar que não tinham tido a formação devida.

Em relação à questão do processo de Bolonha e da falta de políticas educativas, também acho que não devemos homologar ou “amolgar” um sistema educativo, acho que o processo de Bolonha, mais do que uma desculpa ou uma oportunidade para fazer uma revolução, deve ser aproveitado para fazer o necessário que é uma coisa diferente. E vamos ver o que aí vem. Mas acho que não estamos em condição de ser eurocépticos ou de nos isolarmos aqui no nosso cantinho, porque, no dia em que as instituições perceberem que a concorrência não se faz a nível nacional, mas se faz a nível europeu, se calhar, muita coisa vai mudar e depois vão ser elas a exigir essas mudanças.

Em relação à questão da ineficácia da representação estudantil, diria que, muitas vezes, o problema passa em primeiro lugar pela falta de uma cultura participativa por parte de uma certa camada populacional. Em segundo lugar, por não existir, de facto, interesse nessa participação. Daquilo que me tem sido dado observar, há, muitas vezes, uma falsa vontade de que os alunos participem e, quer queiramos quer não, se eles têm pouca resistência ao embate nas aulas, também têm pouca resistência ao embate nos Conselhos Pedagógicos e nos Conselhos Directivos. Um estudante que se predispõe a ir participar num órgão desses tem que, de alguma forma, ver o seu esforço recompensado e essa recompensa traduz-se na mudança efectiva de algumas coisas. Quando isso não acontece, o que nós ouvimos frequentemente é o estudante recusar-se a participar porque não consegue mudar nada. Parece-me que a vontade genuína de potenciar essa participação é muito importante: não dizerem que sim, por um lado, para depois, pelas costas, fazer precisamente o contrário. Ou, quando um estudante apresenta alguma proposta pô-la na gaveta até que ele acabe o curso ou que o mandato dele termine quando é só de um ano, o que acontece frequentemente.

Só um ponto final, para dizer que em relação à questão dos Conselhos Directivos e Científicos e à ideia de que uns estão a gerir o dinheiro outros os currículos, não me parece. O que há é uma falta de interligação entre todos os órgãos da escola, e se calhar, há, em muitas escolas, órgãos a mais. O Conselho Científico é o maior responsável pelo financiamento de uma

instituição ou pelo impacto, é ele que promove os professores, é ele que os contrata. A maior parte do orçamento, entre 80 e 90%, corresponde a essa rubrica, e, portanto, eles é que têm o impacto no dinheiro, não é o Conselho Directivo que gere apenas o resto dos meios (cerca de 10%).

Vasco Cardoso – Espero que este painel tenha contribuído para elucidar sobre a perspectiva estudantil em relação a esta matéria.

É apenas uma parte da visão, mas a ideia é justamente que ao longo deste dia se consiga complementar e interligar com outras perspectivas.